



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO:0002179-39.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES/COEDE.

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada - Inscrição de 7 servidores deste TRE-RO - Tema do curso: "Pós-graduação MBA em Licitações e Contratos – Governança e Gestão em Contratações e Aquisições Públicas".

**DESPACHO Nº 1497 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([1083888](#)) deste Tribunal, por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD de evento n. [1083905](#), visando à contratação de empresa especializada para a inscrição de 07 servidores no curso "**Pós-graduação MBA em licitações e Contratos – Governança e Gestão em Contratações e Aquisições Públicas**", com duração de 12 meses na modalidade remota, com carga horária de 432 horas aula, na modalidade remota, oferecido pela empresa **IPOG - Instituto de Pós-Graduação e Graduação LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.688.977/0001-02.

A unidade demandante juntou inicialmente proposta comercial da empresa ([1084314](#)), atualizada nos termos do evento n. [1090935](#), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, quais sejam, Documento de Formalização da Demanda ([1083905](#)), Estimativa da Despesa - retratada pelas versões finais da Informação Conclusiva sobre o valor estimada da contratação direta ([1090936](#)) e do Termo de Referência n. 67/2023 ([1090940](#)).

Com a juntada das certidões no evento n. [1084362](#) (Certidão Negativa Improbidade Administrativa/Inelegibilidade, Certidão de regularidade trabalhista, certidão de Regularidade fiscal federal e Regularidade do FGTS– CRF), atestou-se a regularidade mínima da empresa proponente para contratar com a Administração Pública Federal.

O valor final da contratação foi estimado em R\$ 56.000,00 (cinquenta e seis mil reais) para inscrição de 07 (sete) servidores, havendo a juntada da programação orçamentária da despesa pretendida ao evento n. [1091274](#).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Submetida a primeira versão do TR ([1084682](#)) à análise da SAC, esta unidade atestou a regularidade do processamento do feito às normas gerais de contratações estabelecidas na Lei 14.133/2021, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação** ([1087901](#)), análise extensível à nova versão TR juntada ao evento n. [1090940](#), considerando a alteração para o acréscimo de mais uma inscrição no objeto da contratação mantendo-se todos os requisitos anteriores, sendo alterado apenas o quantitativo do objeto, de modo que houve a complementação da programação orçamentária e continuidade da tramitação do feito.

A Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu nos termos do evento n. [1093442](#), em síntese, pela possibilidade de aprovação do TR ([1090940](#)) de demais documentos da fase de planejamento da contratação e pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do referido termo de referência; aprovando-se a minuta do contrato que regerá a relação entre as partes ([1092670](#)); pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal, registrando que a empresa que se pretende contrata já se encontra inscrita no cadastro no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, em atendimento a informação do senhor Secretário da SAOFC.

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do TR; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da contratação; pela contratação direta da empresa **IPOG - Instituto de Pós-Graduação e Graduação LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.688.977/0001-02, por inexigibilidade de licitação; e pela publicação do extrato do contrato e do ato de inexigibilidade no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, bem como pela inserção dos dados contratuais pertinentes no Contratos.gov.br, o qual automaticamente os divulgará no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([1095319](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]*

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a **situação da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização**: treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

**Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

**III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**

(...)

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O conceito de inviabilidade de competição, por sua vez, decorre de causas nas quais há a ausência de pressupostos que permitam a escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado.

Como bem anotado pela Assessoria Jurídica da SAOFC no item 15 de parecer jurídico de evento n. [1093442](#), a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de treinamento e



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aperfeiçoamento/capacitação de pessoal, enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação definida no **art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021**.

Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**, pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados na Lei de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo a comprovação de **notória especialização** de profissionais ou das empresas para configurar a inexigibilidade de licitação.

Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU, **desde a vigência da antiga legislação (Lei 8.666/90)**, já dispensava a demonstração dos dois requisitos exigidos sob sua égide (natureza singular e notória especialização) quando o evento de capacitação for ofertado por cursos abertos, o que não encontra qualquer vedação no regime da Lei 14.133/2021, de modo que é plenamente compatível com seus princípios e regras, portanto aplicável.

Assim, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos do item 17 do parecer exarado pela AJSAOFC ([1093442](#)).

No caso sob análise, conforme relatado e descrito no objeto do TR ([1090940](#)), pretende-se operacionalizar a contratação de empresa IPOG – Instituto de Pós-Graduação e Graduação LTDA, CNPJ: 04.688.977/0001-02, especializada para inscrição de 07 servidores na pós-graduação MBA em Licitações e Contratos - Governança e Gestão em Contratações e Aquisições Públicas, a ocorrer na modalidade ensino à distância, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no referido instrumento.

Considerando que a escolha se insere no campo da discricionariedade, e em conformidade com o §3º, do art. 74, entende-se que a empresa escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que a mesma é a mais adequada à plena satisfação dos objetivos colimados, de modo que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação **com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verifica-se que o evento em tela está prevista no Plano Anual de Capacitações de 2023 do TRE-RO, sob n. CP03001, conforme informado pela SEDES no item 2.1 do Termo de Referência ([1090940](#)).

No que diz respeito ao balizamento dos preços praticados, nada há de reparos nesse aspecto, tendo em vista que, conforme descrito no item 11.2 do Termo de Referência n. 67/2023-SEDES ([1090940](#)) fazendo remissão aos dados da informação conclusiva do valor estimado ([1090936](#)), que foi laborada dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, portanto adequado ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 9/2022.

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Solicitação de Contratação), Estimativa da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. [1083905](#), [1090936](#) e [1090940](#), facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, dentre elas: a) a **razão da escolha do fornecedor** (dada a notória especialização nos termos do item 14.1 do TR-[1088609](#)); e b) a **justificativa do preço (art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021)** - a partir da juntada do documento denominado Informação Conclusiva do Valor Estimado - evento [1090936](#).

Por fim, a fim de evitar quaisquer incidentes à contratação, do caderno processual já se verifica que foi comprovada a inscrição da empresa que se pretende contratar no cadastro do Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF ([1094751](#)), de acordo com a informação do senhor Secretário da SAOFC no evento [1090607](#), bem como a regularidade para contratar com a Administração Pública nos termos das certidões juntadas ao evento n. [1084362](#), devendo-se, tão somente haver a **atualização da**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**certidão de Regularidade fiscal federal e Regularidade do FGTS–  
CRF** considerando a expiração da data de validade em 26/11/2023.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018:

**I - Aprovo o Termo de Referência n. 67/2023-PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([1090940](#))**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1090936](#)**, em cumprimento ao [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) alterado pela [Portaria 57/2023/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

**III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento** no art. 74, III, "f" da lei nº 14.133/2022, em razão da inviabilidade de competição;

**IV - Adjudico o objeto à empresa IPOG - Instituto de Pós-Graduação e Graduação LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.688.977/0001-02 e autorizo a emissão da Nota de Empenho no valor de **R\$ 56.000,00** (cinquenta e seis mil reais), **em favor da referida empresa**, depois de verificada sua regularidade fiscal, atendo-se para a necessidade da juntada da certidão de Regularidade fiscal federal e Regularidade do FGTS– CRF dentro de seu prazo de validade.

**V - Determino a divulgação do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato**, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO, em cumprimento ao comando constante do Parágrafo único do art. 72 e no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 11/12/2023, às 18:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1096750** e o código CRC **0500D848**.

0002179-39.2023.6.22.8000